

CORREDOR INTEROCEÂNICO NO MÉXICO: CONTRADIÇÕES DO CAPITAL, RESISTÊNCIAS LOCAIS E RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

Henrique Oliveira de Andrade¹

Frednan Bezerra dos santos²

RESUMO: Este trabalho resulta das investigações desenvolvidas durante o doutorado sanduíche realizado entre abril e agosto de 2024, na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) e na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). A pesquisa concentra-se na análise crítica dos megaprojetos, com foco no Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec (CIIT), examinando os processos de reconfiguração socioespacial e as resistências populares articuladas em defesa dos direitos humanos e territoriais. Em diálogo com as experiências da Assembleia dos Povos Indígenas do Istmo de Tehuantepec (APIIDT), situada no estado de Oaxaca no México. O estudo evidencia a forma como o Estado, aliado a empresas transnacionais, promove a implantação de grandes obras de infraestrutura sob o discurso do progresso e do desenvolvimento. Utilizando como arcabouço teórico a noção de acumulação por despossessão e a reestruturação do capital em sua fase neoliberal, argumenta-se que a militarização dos territórios cumpre papel central como instrumento de coerção, controle e viabilização desses projetos. Mais do que uma resposta à insegurança, a militarização revela-se como mecanismo de governança autoritária e necropolítica, legitimando a financeirização da terra e a supressão de direitos coletivos. Diante disso, o trabalho destaca a centralidade das lutas territoriais – ambientais, sociais e políticas – que emergem como formas de enfrentamento à lógica destrutiva do capital. As mobilizações de povos indígenas, camponeses e comunidades tradicionais conformam respostas objetivas ao avanço do capital, articulando estratégias políticas de resistência e reivindicando formas alternativas de vida e organização social.

PALAVRAS CHAVE: Estado, Conflitualidade, Território, Megaprojetos e Enfrentamentos;

ABSTRACT: This work stems from research conducted during a doctoral sandwich program between april and august 2024 at the Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) and the Universidad Autónoma Metropolitana (UAM). The study focuses on a critical analysis of megaprojects, particularly the Interoceanic Corridor of the Isthmus of Tehuantepec (CIIT), examining the socio-spatial processes of territorial reconfiguration and popular resistance in defense of human and territorial rights. In dialogue with the experiences of the Indigenous Peoples' Assembly of the Isthmus of Tehuantepec (APIIDT) situated in the state of Oaxaca, Mexico. The research highlights how the State, in alliance with transnational corporations, promotes large infrastructure projects under the discourse of progress and development. Drawing on the theoretical framework of accumulation by dispossession and the restructuring of capital in its neoliberal phase, the study argues that militarization plays a central role as a tool of coercion, control, and facilitation of such projects. More than a response to insecurity, militarization emerges as a mechanism of authoritarian governance and necropolitics,

¹ Professor do Instituto Federal da Bahia, Campus Feira de Santana Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFSE). E-mail: hgeouefs@gmail.com

² Economista, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE/UFMA) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP/UFMA), professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: frednan.santos@gmail.com

legitimizing land financialization and the suppression of collective rights. Accordingly, this work underscores the centrality of territorial struggles — environmental, social, and political — as forms of resistance against the destructive logic of capital. The mobilization of Indigenous peoples, peasants, and traditional communities represents an objective response to the advance of capital, articulating political strategies of resistance and asserting alternative forms of life and social organization.

KEYWORDS: State, Conflictuality, Territory, Megaprojects, Struggles.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o processo de reprodução ampliada do capital e a territorialização do capital na América Latina, faz-se necessário estudos que desnudem os processos estruturais, espaciais e territoriais, no bojo das tensões materializadas nas lutas de classes prementes no século XXI. A compreensão da crise estrutural do capital conforme externaliza Mészáros (2009), é fundamental para analisar com profundidade e criticidade esse processo. Para tanto, é imprescindível a proposição de análises críticas que englobem as questões centrais no contexto do papel do Estado, multinacionais, frações da classe dominante tanto nacional, como internacional e também o papel *sine qua non* dos movimentos sociais no enfrentamento ao modelo expansivo do capital.

Nesse contexto, os grandes projetos de desenvolvimento (Alentejano e Tavares, 2019) são parte concreta da territorialização do capital nos países periféricos e, dessa forma, a investigação apurada dos agentes hegemônicos, do estado e suas imbricadas estratégias de dominação, bem como das lutas à contrapelo realizadas pelos movimentos socioterritoriais (Fernandes, 1994), compõe o repertório de preocupações deste ensaio.

Diante desse quadro, o projeto do Corredor Interoceânico de Tehuantepec no México, concebido como uma iniciativa de desenvolvimento econômico, reflete as contradições históricas e contemporâneas da expansão capitalista. Conectando os portos de Coatzacoalcos (Veracruz) e Salina Cruz (Oaxaca), ele incorpora a lógica global do capital ao integrar-se ao Trem Maya e outros projetos ferroviários, formando uma vasta rede logística. No entanto, por trás da promessa de progresso e integração, emergem conflitos estruturais que afetam profundamente os povos originários, os ecossistemas e a soberania nacional.

O Trem Maya, enquanto parte desse complexo de infraestrutura, destaca-se por seu perfil turístico e sua articulação com projetos de investimentos privados. Embora promovido como motor de desenvolvimento regional, suas características centrais resumem-se à destruição ambiental e à militarização do território. A expansão dessas

obras provoca impactos socioambientais severos, incluindo desmatamento, degradação de ecossistemas e deslocamento de comunidades tradicionais.

A destruição do meio ambiente é um dos principais pontos de contestação levantados pelos povos impactados, por meio de diversos movimentos sociais, no entanto, a Assembleia dos Povos Indígenas do Istmo de Tehuantepec, ganha notoriedade por conta do seu repertório de articulações territoriais e locais, bem como as estratégias de enfrentamento por meio de manifestações públicas e apoio direto às comunidades atingidas. Apesar da retórica de sustentabilidade ambiental amplamente utilizada pelo governo e por empresas privadas, observa-se uma profunda discrepância entre os discursos oficiais e a realidade.

A partir de uma perspectiva crítica compreende-se a reconfiguração territorial como processo de violência estrutural dilacerante nas comunidades indígenas e camponesas, a qual que sintetiza os interesses do capital global e as respostas locais. A região se torna uma porta de entrada para o capital, reforçando desigualdades estruturais e marginalizando as populações locais, tais como migração, expropriações e criminalização de lideranças comunitárias. Assim, o Estado mexicano intensifica sua dependência externa, enquanto perpetua a desigualdade e a violência sistêmica.

Este ensaio está pautado na pesquisa militante, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, análise documental, pesquisa de campo, diálogo com lideranças comunitárias e diálogo com representantes do poder público. Dito isso, justifica-se este ensaio também pela relevância regional protagonizada pelo Estado Mexicano, sua posição geográfica na América Latina, e também a sua inserção no capital internacional por meio de investimentos dos EUA e de outro por ser um país periférico que viveu a experiência transformadora da revolução social no século XX, com repercussões sociais, econômicas, culturais, territoriais e emancipatórias que transformaram a realidade política do país.

2. O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NEOLIBERAL E A DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

O processo de reconfiguração territorial, alicerçado na devastação socioambiental e na militarização, busca consolidar um modelo de desenvolvimento excludente, no qual as comunidades locais são marginalizadas e seus direitos fundamentais são violados. Ao mesmo tempo, o projeto enfraquece a soberania nacional, subordinando os interesses do Estado mexicano às agendas de grandes corporações e ao mercado internacional,

enquanto a natureza sofre perdas irreparáveis com o avanço do desmatamento e a destruição dos ecossistemas locais.

O Corredor Interoceânico reflete o paradigma desenvolvimentista que privilegia o mercado global. Ancorado em uma visão de progresso econômico, o projeto visa transformar a região do Istmo de Tehuantepec em um eixo logístico estratégico, promovendo a instalação de pólos industriais e o fluxo internacional de mercadorias. Tal lógica, porém, encontra suas raízes no século XX e ressurge sob a égide neoliberal, ampliando a subordinação da economia mexicana ao capital estrangeiro, sendo o acordo de livre comércio da América do Norte um fator determinante.

Diante disso, é importante frisar que os megaprojetos de infraestrutura do México, estão articulados historicamente com outros planos regionais para a América Latina trilhados pela lógica do imperialismo, haja vista o Programa Integral de Desenvolvimento Econômico no Istmo de Tehuantepec (1996), o Plano Puebla-Panamá (2001), a Iniciativa de Integração Regional Sulamericana (IIRSA) e as Zonas Econômicas Especiais (2016). Mais recentemente destacamos os projetos políticos da 4T (Plataforma de governo do Presidente Andres Manoel Lopez Obrador) e o Programa Regional Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec do Programa Regional Derivado del Plano Nacional de Desenvolvimento (2019-2024). Na figura 01, é possível observar a escala dos projetos, bem como suas conexões com a reconfiguração territorial.

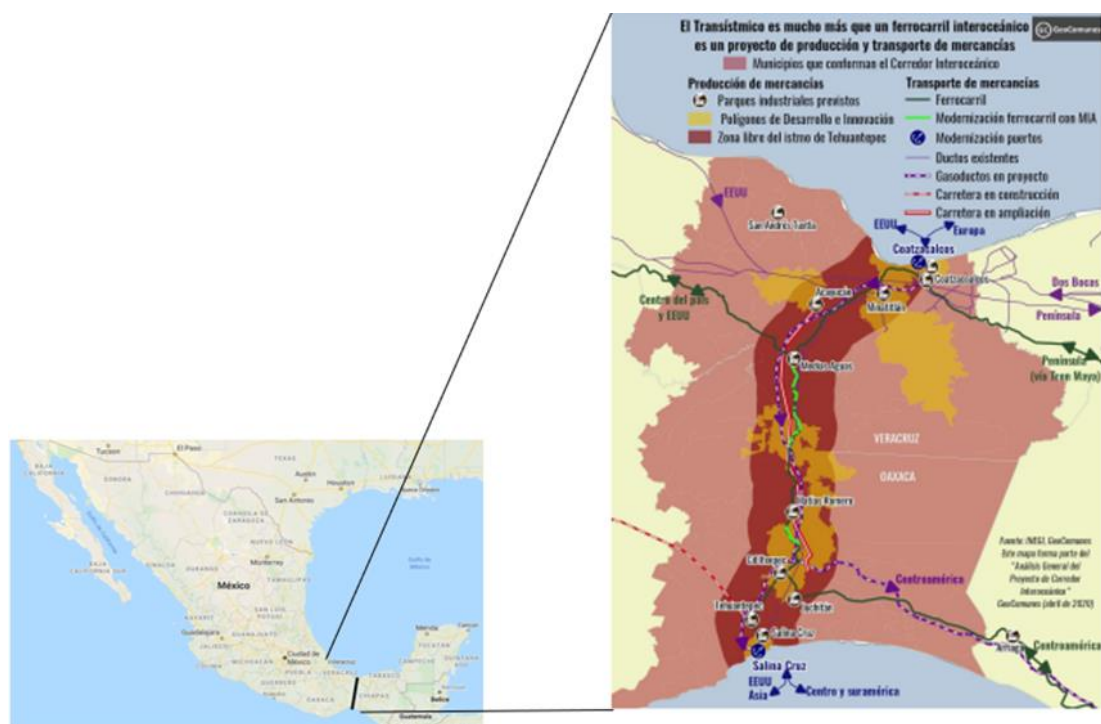


Figura 01: Mapa de localização do Corredor Interoceânico no Istmo de Tehuantepec.
Fonte: Geocomunes (2022).

Por fim, destacamos as conexões presentes entre o neoliberalismo e os pilares do atual projeto de desenvolvimento da economia mexicana que mesmo recuperando o protagonismo do Estado enquanto indutor de investimentos estruturantes, se mantém a serviço do capital estrangeiro sem enfrentar as questões centrais da socioeconomia mexicana que são a militarização da sociedade (justificada através da insegurança e dos elevados níveis de violência contra a vida), a migração (sendo que o México tem prestado “serviço de polícia migratória dos EUA” e a desigualdade, motor de todas as violências).

Assim, os grandes projetos de logística e de exploração mineral, a militarização e a migração foram destaque em todo o percurso, mas um aspecto referente ao tema da migração não pode passar despercebido, pois a presença militar, bem como as diversas barreiras migratórias contrastam com o grande fluxo de migrantes, em especial no sul do estado e Oaxaca, onde foi notório a complacência das autoridades e militares com a ação ilegal de grupos paramilitares que agenciam para a prática de crimes e exploram essa população como um verdadeiro exército industrial de reserva para o crime organizado.

Por outro lado, a implementação desses megaprojetos expõe as contradições do processo de desenvolvimento capitalista, com a destruição ambiental e a militarização do território como pilares dessa dinâmica, em detrimento dos modos de vida tradicionais orientados por uma perspectiva do comum que preserva a natureza e fortalece os laços de solidariedade e comunitários.

Nas palavras de Wallenius (2023) e Ceceña (2005), o processo de acumulação de capital com expropriação dos territórios de povos e comunidades tradicionais indígenas e camponesas é intensificado com os megaprojetos no sul-sudeste do México com as obras do Trem Maya e Corredor Interoceânico. Conforme aponta Diaz (2019), o processo histórico da fronteira sul do México é marcadamente centrado na violência na leniência e omissão do Estado quanto ao reordenamento territorial visando a implantação de obras de infraestrutura sob a ótica da acumulação de capital, fato esse fortalecido ao longo da segunda metade do século XXI.

Dentre os povos impactados, assinalamos as comunidades indígenas, dependentes da agricultura de subsistência e da propriedade coletiva, as quais enfrentam o deslocamento forçado e a desintegração de suas práticas culturais, mas não sem resistir e lutar. Assim, surgem movimentos de resistência que denunciam a violação de direitos

fundamentais e reivindicam alternativas baseadas na preservação ambiental e na autonomia dos povos.

A compreensão das dinâmicas violentas vinculadas ao avanço do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec ganha densidade analítica quando conectada à trajetória histórica da acumulação capitalista no campo mexicano. Conforme aponta González Marín (2022), o desenvolvimento do capitalismo no campo, intensificado desde o porfiriato, implicou um processo sistemático de despossessão das comunidades indígenas, tornando a violência estrutural um elemento constitutivo da modernização agrária no México. Essa violência de base econômica, política e étnica, atravessa o tempo e se atualiza nas novas formas de ocupação territorial conduzidas por megaprojetos como o próprio Corredor Interoceânico.

Em Chiapas, por exemplo, os estudos de Toledo Tello (2019) revelam como a configuração espacial das comunidades camponesas está enraizada em um histórico de lutas agrárias que, embora parcialmente institucionalizadas pela reforma agrária, mantêm viva a resistência frente aos avanços do capital. A terra, nesse contexto, não é apenas um recurso, mas o fundamento das relações sociais e de pertencimento. A imposição de novos projetos sem consulta ou participação comunitária real reatualiza o conflito, reposicionando o Estado como agente mediador da violência capitalista.

Esses processos são operacionalizados, como observa Barrios (2023), por meio de uma militarização social que se disfarça de política de segurança, mas que atua de forma direta na supressão de dissensos, no controle da mobilidade e no disciplinamento dos corpos e dos territórios. A militarização, nesse sentido, é funcional à reorganização produtiva do espaço e ao controle dos fluxos de resistência, configurando uma governança autoritária do território.

3. A MILITARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A militarização do território no sul-sudeste do México não pode ser compreendida de forma isolada de sua função econômica e geopolítica no processo de reestruturação do capital. Conforme argumenta Barrios (2023), esse fenômeno opera como um mecanismo de reorganização autoritária da sociedade em territórios estratégicos, mediante uma lógica de "governança securitária" que mistura operações militares, policiamento ostensivo e controle sobre os circuitos de vida social e econômica.

Essa forma de militarização contemporânea está profundamente imbricada com os interesses de megainvestimentos, como o Corredor Interoceânico do Istmo de

Tehuantepec. Nesse projeto, o aparato estatal atua como facilitador da ocupação capitalista, garantindo a desmobilização de resistências locais e a pacificação forçada dos territórios. A presença das Forças Armadas nas áreas afetadas não se limita ao controle da criminalidade - como frequentemente argumentado pelas narrativas oficiais - mas sim ao exercício de uma soberania seletiva, que reforça desigualdades e expulsa modos de vida comunitários incompatíveis com a lógica do capital globalizado.

O Corredor Interoceânico de Tehuantepec integra os portos de Coatzacoalcos (Veracruz) e Salina Cruz (Oaxaca), gerando um impacto direto em pelo menos 79 municípios (33 de Veracruz e 46 de Oaxaca) conectando com outro projeto de investimento de grande escala, o Trem Maya. Além disso, a militarização crescente, justificada pelo combate ao narcotráfico e à migração irregular, consolida um modelo de controle repressivo. Sob o pretexto de segurança, as forças armadas atuam não apenas como administradoras dos projetos, mas também como agentes de repressão contra resistências locais. A retórica de sustentabilidade ambiental promovida por governos e empresas encontra, na realidade, um cenário de devastação ecológica e violência estrutural.

O segundo ponto a ser enfatizado é o forte processo de militarização, sendo a presença das forças armadas em todo o percurso percorrido uma constante e a atuação direta das forças armadas nos grandes projetos do Corredor Interoceânico e do Trem Maya como executora e administradora dos projetos também não deixa de ser algo muito peculiar e que sinaliza para um projeto de desenvolvimento econômico que tem como um pilar central militarização do território mexicano.

Os interesses econômicos são acompanhados de uma política de militarização crescente, que desempenha um papel central na implementação do projeto. A presença militar é utilizada como mecanismo de controle social e repressão, visando neutralizar as resistências das comunidades indígenas e de outros movimentos sociais que se opõem ao modelo de desenvolvimento proposto. Esse modelo privilegia o lucro das empresas em detrimento da sustentabilidade ambiental e da preservação dos modos de vida tradicionais.

A militarização também serve para garantir a segurança dos investimentos e a continuidade das obras, mesmo em meio a tensões sociais e ecológicas. Além de reforçar a violência estrutural na região, ela intensifica o deslocamento forçado de comunidades inteiras, que são removidas de suas terras ancestrais para dar lugar a infraestruturas como estradas, portos, ferrovias e zonas industriais.

Ademais, a militarização tende a reforçar estruturas patriarcais e racistas, afetando de forma diferenciada mulheres indígenas, jovens e comunidades inteiras que são racializadas e criminalizadas como inimigas internas. A retórica da “guerra contra o narcotráfico” se revela, nesse sentido, como uma cortina de fumaça que encobre a militarização do território em nome da acumulação por despossessão (Harvey, 2005). No caso do México, trata-se de um processo em que os próprios investimentos em infraestrutura e logística (ferrovias, estradas, parques industriais) se ancoram em um estado de exceção permanente, em que a vida comunitária é subordinada à lógica de circulação mercantil e extração de valor.

A esse respeito, Pereira et al. (2022) destacam que a militarização integra o repertório do extrativismo moderno, o qual não se restringe aos setores minerais e energéticos, mas incorpora o uso intensivo do território para a circulação de mercadorias, o controle da biodiversidade e a financeirização da natureza. É nessa trama que o conceito de “capitalismo militarizado” se torna relevante: não apenas pela centralidade das forças armadas nas políticas públicas, mas pela militarização como estratégia de controle territorial e disciplinamento da vida.

4. RESISTÊNCIAS E A DEFESA DO TERRITÓRIO: O PAPEL DA ASSEMBLEIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ISTMO DE TEHUANTEPEC (APIIDT)

Espinosa (2022), numa leitura histórica apresenta um arrazoado sobre os megaprojetos executados no México, afirmando haver “uma convunção de distintos megaprojetos em instalação” p. 15. Nesse íterim, frisa que a articulação popular se deu a partir das mobilizações coletivas desde o Congresso Nacional Indígena em meados do século XX, sendo este um importante elemento de articulação dos povos indígenas no enfrentamento ao modelo imperialista dos megaprojetos mexicanos. Tal processo é fruto direto da revolução mexicana e com desdobramentos no movimento zapatista, dentre outros, tais como as que ocorrem no Estado de Oaxaca.

Nas palavras da autora, “os megaprojetos são impregnados de irregularidades, consultas forjadas, omissões nos licenciamentos ambientais e diversas violações e violências aos povos e seus territórios” p. 15. Apontamos aqui uma conexão direta com os megaprojetos brasileiros, que carregam em seu “DNA” similaridades programáticas com intencionalidades ideológicas no bojo das violações aos direitos das comunidades atingidas.

Nesse contexto, a A Assembleia dos Povos Indígenas do Istmo em Defesa da Terra e do Território – APIIDTT, é uma organização comunitária de base composta por assembleias e autoridades; indígenas, tradicionais e agrárias, assembleias em resistência civil, coletivo, *cooperativas indígenas da região do Istmo de Tehuantepec, Oaxaca, México*. O grupo atua no processo de assessoramento às comunidades atingidas tanto pelos megaprojetos, como também de questões que envolvam as perseguições judiciais pelo Estado como por grupos paramilitares e de narcotraficantes atuantes no sul mexicano.

No contexto das mobilizações populares frente a implantação do Trem Maya, vale destacar o papel da Caravana El Sur Resiste³, realizada entre abril e maio de 2023, com participação massiva de diversas comunidades do sul e sudeste mexicano e com cobertura ao vivo por diversos meios de mídia livre (Figura 02). Tal ação de materialização territorial da luta pela vida constituiu-se de uma linguagem direta de interação com diversos movimentos sociais e incorporou a trama de outras geografias possíveis com horizontes de transformação social por meio da reivindicação e territorialização do manifesto ancestral na linguagem indígena e camponesa.



Figura 02a: Registro do desmatamento nas áreas de florestas tropicais no trajeto do Trem Maya

Fonte: Rádio Zapatista - <https://radiozapatista.org/>



Figura 02b: Registro das mobilizações populares denominadas El Sur Resiste.

A caravana realizou uma travessia complexa entre os estados de Chiapas, Oaxaca, Vera Cruz, Campeche e Yucatan visando a denúncia às violações e violências que diversas comunidades sofrem a partir da omissão do estado. Nas figuras 03 abaixo é possível compreender a dimensão da infraestrutura do Trem Maya.

³ ¡El sur resiste! Caravana y encuentro internacional 2023. Para mais informações, acesse: https://radiozapatista.org/?page_id=44474



Figura 03a: Mapa oficial do traçado do Trem Maya com mais de 1400 km.

Fonte: Geocomunes (2019).



Figura 03b: Registro das instalações da primeira estação do Trem Maya na cidade de Palenque-Chiapas

Fonte: Arquivo pessoal derivado de trabalho de campo.

No contexto dos enfrentamentos e territorialização da luta popular, uma importante organização que atua no assessoramento popular dos povos indígenas e camponesas no Istmo de Tehuantepec é a Asamblea de Pueblos del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio (APIIDT), que por meio de processos de mobilização possibilita uma assessoria militante de qualidade, engajada e horizontal. Nas palavras de uma liderança da assembleia, “o processo é muito duro e violento por conta do contexto socioterritorial do sul mexicano marcado pela militarização não só do Istmo mas também das instituições, dos megaprojetos que representam a continuidade histórica da expropriação e também da tragédia humanitária da migração”.

Na figura 03 abaixo, é possível observar a articulação popular com a resistência territorializando a luta e o enfrentamento ante as violências e violações executadas sob a complacência e omissão do Estado. Agrega-se a esse processo, a instalação de inúmeros complexos eólicos principalmente no município de Juchitan no estado de Oaxaca, na qual encontra-se duas importantes comunidades indígenas zapotecas, Puente Madera e União Hidalgo. Na figura 04, é possível observar a grandiosidade do impacto da implantação dos complexos eólico e do tramo sul do Trem Transistmico com a expropriação territorial e a superexploração da natureza.



Figura 04b: Complexo Eólico na região de La Ventosa - Oaxaca

Fonte: Arquivo pessoal – trabalho de campo



Figura 04c: Trem Transístmico na comunidade de União Hidalgo – Oaxaca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto intenta uma análise acerca da contribuição da imersão no território mexicano a partir da vivência por meio da pesquisa de campo exploratória com organizações comunitárias, coletivos de resistência, movimentos populares. Intenta assim, demonstrar os laços dos processos de expansão do capital sob a égide dos megaprojetos de infraestrutura na esteira dos agentes hegemônicos do capitalismo global. O Corredor Interoceânico exemplifica como a expansão territorial do capital articula progresso e destruição, integração econômica e exclusão social. No entanto, essas contradições abrem espaço para sínteses emergentes, nas quais comunidades organizadas contestam o modelo vigente e propõem alternativas baseadas na justiça social e ambiental.

Buscou-se refletir sobre as contradições da expansão territorial do capital no sudeste mexicano a partir da imersão etnográfica e do diálogo com organizações comunitárias, movimentos sociais e coletivos de resistência. A experiência de campo evidencia que o Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec é expressão de uma lógica de desenvolvimento que articula integração econômica com exclusão social, crescimento com destruição, e governança com autoritarismo.

A militarização do território aparece como instrumento-chave para a imposição dos megaprojetos, configurando um dispositivo de coerção voltado à repressão das vozes dissonantes. No entanto, as mesmas contradições que sustentam esse modelo também geram brechas: é nesse interstício que emergem formas organizadas de enfrentamento popular. A Assembleia de Oaxaca exemplifica essa resistência articulada, mobilizando

redes transescalares, universidades e movimentos locais na defesa dos territórios ameaçados.

Cumprе destacar que a Assembleia de Oaxaca no México atua por meio da articulação de uma ampla rede de cooperação transescalar de entidades, movimentos sociais, bem como parceiros em universidades, visando a constituição de um amplo espectro de mobilizações ante os cercos e conflitualidades promovidos pelo Estado-Capital. Assim, salientamos nesse contexto, a linguagem adotada na atuação de tais organizações, bojo de ações frente ao colapso ambiental e a face destrutiva do capital, englobando desde manifestações públicas ocupações de terras improdutivas, autodemarcações dentre outras, articuladas no conceito de defesa do território.

É possível inferir a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo o vasto processo contraditório de mercantilização da natureza com sua derivada superexploração por meio dos megaprojetos e de outro o intenso processo de expropriação de comunidades e territórios ancestrais camponeses e indígenas. Na antípoda dessa dinâmica destrutiva e de reprodução do espaço da pobreza, as comunidades resistem e produzem territórios de luta de enfrentamento coletivo e popular tanto no México como no Brasil, divergindo publicamente por meio de manifestos, manifestações, carta de repúdio e formação de base galgando a produção do espaço da esperança ante o território da morte materializado pelo avanço do capital com expropriação do trabalho e da riqueza.

A dinâmica observada revela que o desenvolvimento excludente não apenas ameaça modos de vida tradicionais, mas também compromete a soberania nacional. Ao alinhar-se aos interesses de grandes corporações e mercados internacionais, o Estado mexicano intensifica sua dependência externa, enquanto perpetua a desigualdade e a violência sistêmica. Contudo, o projeto é considerado uma porta de entrada das forças armadas, do Estado e do capital e ameaça destruir definitivamente o antigo modo de vida e cultura dos povos tradicionais do território, que se baseia na agricultura de subsistência e na propriedade comum.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, ano 34, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

APIDDT – ASAMBLEA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DEL ISTMO DE TEHUANTEPEC. Quem somos. *Tierra y Territorio*, 2024. Disponível em: <https://tierrayterritorio.wordpress.com/quienes-somos/>. Acesso em: 18 maio 2024.

CECEÑA, Ana Esther et al. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

CECEÑA, Ana Esther et al. *El Istmo de Tehuantepec en riesgo*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM; Instituto de Investigaciones Económicas; Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2021.

CECEÑA, Ana Esther et al. *Corredor Interoceánico en el Istmo de Tehuantepec: pueblos originarios, naturaleza y soberanía nacional, bajo amenaza (la devastación socio-ambiental por corporaciones multinacionales y militarización)*. México, 2024.

DÍAZ, Paula Sofía Ochoa. Trem Maya e as novas fronteiras do Sul do México. *América Latina en Movimiento: colonización ferroviaria en el sureste de México*, n. 547, fev./mar., ano 44, 2019.

ESPINOSA, Yacotzin Bravo. El despojo territorial y las múltiples violencias en la transición hacia el capitalismo transnacional: reflexiones desde el derecho y la geografía crítica. In: UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA – UAM. *Experiencias de construcción y defensa del territorio en México y América Latina*. México: UAM, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062024-162727/>. Acesso em: 18 maio 2024.

GEOCOMUNES. Corredor Interoceânico: projeto chave para o capital industrial fóssil. *América Latina en Movimiento: colonización ferroviaria en el sureste de México*, n. 547, fev./mar., ano 44, 2019.

GONZÁLEZ MARÍN, María Luisa. *Desarrollo capitalista en el campo y rebeliones indígenas en el porfiriato*. Ciudad de México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2022.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução: Francisco Raul Cornejo et al. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 133 p.

PEREIRA, Hugo; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; HERRERA, Angelina (coords.). *Defensa del territorio, la cultura y la vida ante el avance extractivista: una perspectiva desde América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2022.

RODRÍGUEZ, David Barrios. *La vida entre cercos: militarización social en América Latina en el siglo XXI*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe, 2023.

TREN MAYA MADE IN GERMANY. *La 'Deutsche Bahn' y el tren de la destrucción*. México: s.n., 2021.

TOLEDO TELLO, Sonia. *Espacios sociales en una región agraria del norte de Chiapas (siglos XIX-XXI)*. Ciudad de México: UNAM, Centro de Investigaciones Multidisciplinarias sobre Chiapas y la Frontera Sur – CIMSUR, 2019.

ZAMORA, José Gasca (coord.). *Tren Maya: impactos territoriales y escenarios de cambio en la Península de Yucatán*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas; DGAPA, 2024.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez. Tensiones socioterritoriales por la construcción del aeropuerto internacional de Tulum, Quintana Roo. In: UNIVERSIDAD AUTÓNOMA METROPOLITANA – UAM. *Conflictos y alternativas socioterritoriales en el sureste de México*. México: UAM, 2023.